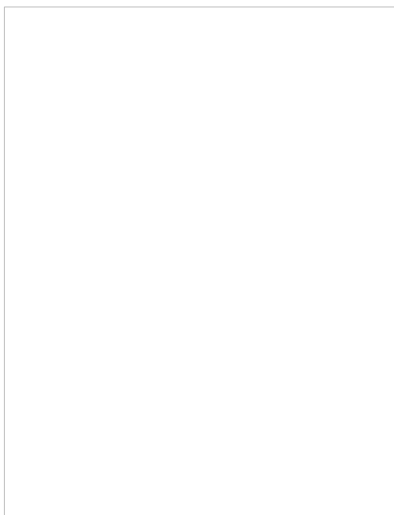


Setur-MG e Ministério do Turismo realizam ação de fiscalização em Belo Horizonte

Qua 14 março

Nesta semana, a [Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais \(Setur-MG\)](#) e o Ministério do Turismo (MTur) realizam a “Operação Verão Legal”. A estratégia consiste em uma ação de fiscalização nos meios de hospedagem da capital mineira.

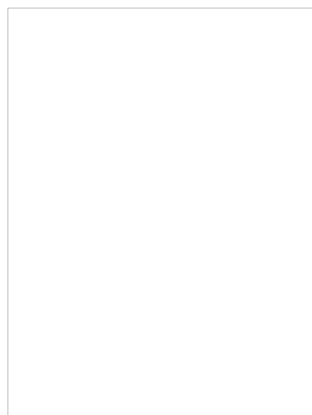
O objetivo da ação é sensibilizar os prestadores de serviço sobre a importância da formalização do setor e, conseqüentemente, garantir a ampliação do número de pessoas físicas e jurídicas no cadastro de prestadores de serviços turísticos: o Cadastur.



Crédito: Divulgação/Setur-MG

“Sabemos que é de extrema importância ofertar ao turista um serviço seguro. Dessa forma, estamos contribuindo para que a operação consiga regulamentar o maior número de estabelecimentos possíveis, gerando um grande benefício ao turismo no estado”, afirma o secretário adjunto da Setur-MG, Gustavo Arrais.

“Com essa força-tarefa do Ministério do Turismo, iremos beneficiar não só o setor turístico, que sairá da ilegalidade, mas também o turista que ganha qualidade e segurança ao contratar um prestador de serviço regularizado e que atua em conformidade com o que diz a legislação brasileira. Por isso, tenho convicção de que este é um projeto que será apoiado por todo o setor e seus parceiros”, acredita o ministro do Turismo, Marx Beltrão.



Com a medida, a expectativa do Ministério do Turismo é garantir o cadastro regular dos meios de hospedagem em funcionamento na capital mineira. O registro é obrigatório para outras seis categorias – agência de turismo, parque temático, acampamento turístico, organizadora de eventos, guia de turismo e transportadora turística.

O trabalho de fiscalização, iniciado em setembro de 2017, já tem surtido efeitos nos números do Cadastur. Em dezembro de 2017, foram identificados

64.591 cadastros, um crescimento de 14% em relação ao mesmo período do ano anterior. É importante alertar que quem for flagrado com cadastro fora de validade será considerado ilegal e pode ser autuado pelos órgãos de controle. Caso não regularize sua situação, ainda pode ser penalizado com uma multa que pode chegar a R\$ 854 mil.

A operação já esteve em 13 capitais - Brasília, Rio de Janeiro, Boa Vista, Maceió, João Pessoa, Palmas, Aracaju, Teresina, Fortaleza, Vitória, São Luís, Cuiabá e Goiânia - e até abril, terá passado por todas as capitais brasileira.